PARECER DO RELATOR DA COMISSÃO ESPECIAL À EMENDA AGLUTINATIVA N° 2 À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N° 347, DE 1996.

O SR. ISAÍAS SILVESTRE (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegamos ao final de um debate de uma PEC que há 10 anos tramitava nesta Casa. Logo que aqui chegamos, em 2003, fomos contemplados com a relatoria da Comissão Especial criada para esse fim. Em menos de 45 dias, fizemos o relatório. O Deputado Orlando Desconsi, Presidente da Comissão, fez com que a Mesa, presidida na ocasião pelo Deputado Inocêncio Oliveira, recebesse das nossas mãos a conclusão do relatório.

Tentamos, por várias vezes, que a matéria pudesse vir a voto em plenário, mas não fomos felizes, não fomos contemplados, talvez pela falta de consenso.

Ontem, porém, os Líderes, bem afinados, pediram ao Presidente e à Mesa e foram contemplados com a reunião de hoje no Colégio de Líderes. E queremos parabenizar as Lideranças desta Casa por haverem chegado a um consenso, por meio de discussão travada em clima cordial e de responsabilidade, o que permitiu a esta Casa legislar de forma brilhante.

Chegamos ao consenso de que o recesso terá 55 dias, exemplo para toda a Nação. As Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas agora têm um parâmetro, pois constatarão que o povo brasileiro está atento e acompanha as votações da Casa, tal como se dará na proposta do salário mínimo de 350 reais e como ocorreu hoje com o recesso parlamentar.

Quero parabenizar esta Casa, mas gostaria de deixar registrado que, durante a discussão na Comissão Especial, havíamos incluído, no §2º, que a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Projeto de Lei Orçamentária Anual.

O texto foi retirado, mas vai ser discutida uma proposta pela Liderança do PT, para que não deixemos o Orçamento sem uma diretriz, sem sabermos quando devemos encerrar as votações do Orçamento da União.

Dessa forma, parabenizo o Vice-Pesidente Inocêncio Oliveira, na época Presidente, autor desta Proposta de Emenda Constitucional, uma emenda aglutinativa, que nos levou a esse consenso, a fim de que possamos ter 55 dias, sendo que 14 dias em julho, 9 dias em dezembro, 31 dias em janeiro e 1 dia em fevereiro.

Com isso, estamos cumprindo um dever para com os nossos eleitores. Estamos cumprindo um dever não imposto pela imprensa, porque isso está sendo discutido há 10 anos.

Se não foi votado ainda, foi por falta de consenso, mas estamos iniciando o último ano desta legislatura e a Câmara está de parabéns por ter votado medida tão necessária.

Que sirva de exemplo para todas as Casas Legislativas. Estamos dando uma resposta à população, que nos elegeu para que fizéssemos, sem pressões, uma legislação responsável e transparente.

Parabenizo os nobres colegas e todas as Lideranças, em especial os Deputados que comigo fizeram parte da Comissão Especial que analisou a proposta, presidida pelo Deputado Orlando Desconsi.

Muito obrigado.